



INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

**Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)**

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Humanas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	Investigação científica nas ciências humanas [recurso eletrônico] / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Humanas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-391-0 DOI 10.22533/at.ed.910191806 1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II.Série. CDD 300.72
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação Científica nas Ciências Humanas - Parte 1” traz diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo das ciências humanas.

O papel da investigação científica é amplamente debatido em todos os países desenvolvidos e conseqüentemente, faz parte de todas as agendas políticas. Assumamos, pois, a importância da investigação científica que levamos a cabo pela pertinência dos estudos desenvolvidos face à de outros, e pelo impacto dos resultados junto da comunidade científica.

No caso da investigação científica em educação, é muito acentuada a relação entre investigação e política ou, se assim se quiser pensar, a dimensão política da investigação. Com efeito, a escolha dos temas reflete as preocupações dos investigadores, seja no aprofundamento de referenciais teóricos, seja na compreensão de problemas educativos e formas de os resolver.

É possível afirmar que sem pesquisa não há ensino. A ausência de pesquisa degrada o ensino a patamares típicos da reprodução imitativa. Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Por vezes, há professores que se afastam do ensino, por estratégia, ou seja, porque do contrário não há tempo para pesquisa. Outros, porém, induzem à formação de uma casta, que passa a ver no ensino algo secundário e menor. Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa, se não quisermos alimentar a ciência como prepotência a serviço de interesses particulares. Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2001)

Para que se tenha um progresso na qualidade do ensino nos seus diversos níveis é necessário que a pesquisa exerça o papel principal dentro e fora de sala de aula, e que apresente um elo para com a prática pedagógica do docente, promovendo uma formação crítica e reflexiva.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS SOB ANÁLISE: PENSANDO AURORAS POSSÍVEIS	
Lorena Santos da Silva Paula Côrrea Henning	
DOI 10.22533/at.ed.9101918061	
CAPÍTULO 2	11
A EXPERIÊNCIA DE SER CRIANÇA EM WALTER BENJAMIN	
Eduarda Aleycha Luciano Santana Paula Ramos de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9101918062	
CAPÍTULO 3	23
A GEOPOLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS NA “DOCTRINA TRUMP” E A ORDENAÇÃO MUNDIAL	
Matheus Seiji Bon im Takiuchi	
DOI 10.22533/at.ed.9101918063	
CAPÍTULO 4	35
A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Paula Scherer Mariela Camargo Masutti	
DOI 10.22533/at.ed.9101918064	
CAPÍTULO 5	46
SEXUALIDADE E SUAS ARTICUÇÕES NO ESPAÇO DE ENSINO APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9101918065	
CAPÍTULO 6	61
A INFLUÊNCIA DO ESPAÇO CÊNICO NA CENA SHAKESPEARIANA: IMPASSES DA MONTAGEM DO HAMLET DO TEATRO DE ARTE DE MOSCOU	
Edilaine Dias	
DOI 10.22533/at.ed.9101918066	
CAPÍTULO 7	73
A OBRA SPACCIO DE LA BESTIA TRIONFANTE: COMO REFLEXO DA CRISE RELIGIOSA ENTRE REFORMADOS E CATÓLICOS NO SÉCULO XVI	
Raimundo Pedro Justino de Orlanda Ideusa Celestino Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9101918067	
CAPÍTULO 8	85
A PARADIPLOMANIA NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÕES	
Lucas Lima Da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9101918068	

CAPÍTULO 9	98
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UM ESTUDO SOBRE ESCOLAS ESTADUAIS	
Letícia Prevideli Scarabello Vera Lucia Messias Fialho Capellini	
DOI 10.22533/at.ed.9101918069	
CAPÍTULO 10	107
APRENDENDO MATEMÁTICA ATRAVÉS DE RECURSOS LÚDICOS: UM ESTUDO VOLTADO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	
Andressa Nunes Martins	
DOI 10.22533/at.ed.91019180610	
CAPÍTULO 11	116
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO USO DE DROGAS EM MULHERES QUE CONVIVEM COM DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	
Ana Maria Kuse Cassandra Borges Bortolon	
DOI 10.22533/at.ed.91019180611	
CAPÍTULO 12	130
ATIVIDADE EXTRATIVISTA MADEIREIRA E URBANIZAÇÃO NO EXTREMO SUL DA BAHIA (1948-1972)	
Luísa Dias Silva Márcio Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.91019180612	
CAPÍTULO 13	139
COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO POR ATORES DO TURISMO: ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DA UNESP – CAMPUS DE ROSANA	
Guilherme Henrique Barros de Souza Elisama de Souza Franco Leticia Sabo Boschi	
DOI 10.22533/at.ed.91019180613	
CAPÍTULO 14	151
CRIATIVIDADE: CAMINHOS, DESVIOS E RETOMADA	
Maria Luiza Ramos Tonussi Eliane Patricia Grandini Serrano	
DOI 10.22533/at.ed.91019180614	
CAPÍTULO 15	163
DESPERTANDO UM OLHAR GEOGRÁFICO E AMBIENTAL NOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA E.E. JOSEPHA CUBAS DA SILVA SOBRE A CANALIZAÇÃO DOS CORPOS HÍDRICOS	
Fábio César Martins Thiago José de Oliveira Márcia Cristina de Oliveira Mello	
DOI 10.22533/at.ed.91019180615	

CAPÍTULO 16	175
DOM VITAL E A QUESTÃO RELIGIOSA NO SEGUNDO REINADO	
Rodrigo Dantas de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.91019180616	
CAPÍTULO 17	194
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA BICA DO IPU, CEARÁ: DESAFIOS PARA A BUSCA DE SUSTENTABILIDADE	
Francisca Lusimara Sousa Lopes	
Vanda Claudino Sales	
DOI 10.22533/at.ed.91019180617	
CAPÍTULO 18	198
EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA AOS TRABALHADORES DO PROJETO PROFISSÃO CATADOR DA UNICRUZ: ORGANIZANDO SABERES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA	
Ieda Márcia Donati Linck	
Esther Teixeira Carvalho	
Ane Elise de Souza Fiuza	
DOI 10.22533/at.ed.91019180618	
CAPÍTULO 19	211
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO ATRAVÉS DO MODELO DE NEGÓCIO CANVAS	
Cláudia Rafaela Schneiders	
Roberto Schuster Ajala	
Luciana Scherer	
Lucas Ivan Grimm	
DOI 10.22533/at.ed.91019180619	
CAPÍTULO 20	227
ESCOLA SEM PARTIDO: LUTA IDEOLÓGICA NO ESPAÇO ESCOLAR	
Eduardo Danilo Ribeiro dos Santos	
Aparecida Maria Almeida Barros	
DOI 10.22533/at.ed.91019180620	
SOBRE A ORGANIZADORA	237

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: UM ESTUDO SOBRE ESCOLAS ESTADUAIS

Letícia Prevideli Scarabello

Unesp, Faculdade de Ciências, Departamento de
Educação
Bauru – São Paulo

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

Unesp, Faculdade de Ciências, Departamento de
Educação
Bauru – São Paulo

RESUMO: Apesar de a compreensão da educação como um direito de todos existir no país e da presença de documentos oficiais que subsidiam a construção de uma educação para todos, para alguns alunos público alvo da educação especial (PAEE), a qualidade da inclusão escolar e o acesso à educação inclusiva ainda apresentam fragilidades. Este estudo faz parte de minha iniciação científica, articulado a um projeto maior de avaliação da qualidade do ensino ofertado, ambos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). O projeto teve como objetivo analisar as condições de infraestrutura de 49 escolas públicas estaduais de uma cidade do interior de São Paulo, a fim de compreender em que medida existiam barreiras à acessibilidade para os alunos PAEE. O instrumento utilizado foi um roteiro de observação do espaço físico. Os dados apontaram que de todas as escolas, nenhuma

foi considerada plenamente adequada, 36,73% foram consideradas parcialmente adequadas, enquanto 63,27% foram consideradas inadequadas. Considera-se que a avaliação da dimensão da acessibilidade arquitetônica possa contribuir para que as escolas planejem ações a curto, médio e longo prazo para construção de políticas, culturas e práticas mais inclusivas que possam favorecer a aprendizagem de todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Deficiência. Ensino Fundamental. Barreiras arquitetônicas. Acessibilidade.

ARCHITECTURAL ACCESSIBILITY: A STUDY ABOUT STATE PUBLIC SCHOOLS

ABSTRACT: Despite an understanding of education as a right of everyone exists in the country and the existence of official documents that subsidize the construction of and education for all, for some of the Students Special Education Target Audience (Alunos Público Alvo da Educação Especial – PAEE), the quality of scholar inclusion and the access to the inclusive education still has fragilities. This study is part of my scientific initiation, articulated to a bigger evaluation project of the quality of education offered, both of them funded by the Amparo Foundation for the Research from the State of

São Paulo (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP). The project has as an objective analyzing the infrastructure conditions of 49 state public schools from a city of the up-country of São Paulo, in order to understand the extent to which there were barriers to accessibility for the students PAEE. The instrument used was an itinerary of observation of the physical space. The data pointed that of all schools, none was considered fully adequate, 36,73% were considered partially adequate, while 63,27% were considered inadequate. It is considered that the evaluation of the extension of the architectural accessibility may contribute so that schools can plan short, medium and long-term actions to the development of more inclusive politics, culture and actions which may favor the learning of all students.

KEYWORDS: School inclusion. Disable. Elementary school. Architectural barriers. Accessibility.

1 | INTRODUÇÃO

Para que ocorra a permanência estudantil nas instituições escolares regulares, é indispensável que se proporcione aos alunos condições de acesso e continuidade, que englobam materiais pedagógicos, arquitetônicos, profissionais qualificados e comunicação na relação professor-aluno-comunidade escolar. Esses recursos devem atender às especificidades de cada aluno, visto que a educação inclusiva valoriza as particularidades de cada indivíduo, segundo o conceito de equidade.

A Educação Inclusiva se relaciona com uma educação que abrange toda a sociedade, e envolve indivíduos com deficiência, mas não só, pois inclui quaisquer indivíduos segregados de uma educação de qualidade, independentemente de raça, cor, gênero, religião, de serem bem-dotadas ou apresentarem dificuldades de aprendizagem (BUENO, 2001; CAPELLINI, 2016). O conceito de equidade, por sua vez, está relacionado com oferecer oportunidades para os indivíduos de acordo com as suas necessidades (MATTOS, 2012, p.223):

[...] qualquer pessoa tem oportunidade de uma aprendizagem de qualidade, sem sofrer qualquer tipo de discriminação, independente da diversidade que possa ocorrer no sistema educativo. Assim, essa aprendizagem de qualidade explora abordagens significativas, isto é, que tenham fundamentos na cultura do aluno; ativas e criativas, em que este terá condições de explorar plenamente suas potencialidades (MATTOS, 2012, p.223).

A Educação Especial, por sua vez, é definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96) (BRASIL, 1996), no capítulo V, art. 58, como uma modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para o Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Define-se como PAEE, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

A inclusão escolar é de responsabilidade de todos os participantes do processo

educacional, da equipe gestora aos discentes, da estrutura física às práticas pedagógicas presentes em cada sala de aula. Incluir os alunos nas instituições escolares significa, portanto, oferecer condições de acesso, permanência e aprendizagem com qualidade, independente de possuírem ou não algum tipo de deficiência ou de serem superdotados. Os contextos escolares, até então, não conseguem abranger e atender as diferenças, carecendo de alterações estruturais, para que sejam oportunizadas educação de qualidade (BUENO, 2001; GLANT; BLANCO, 2007).

Para que a inclusão aconteça e todos os alunos consigam permanecer na escola, é necessário o envolvimento de todos os membros para planejar as ações a serem implementadas. Há pesquisas (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005), docentes, diretor e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas. Desta forma, é necessário que os gestores das instituições conheçam os conceitos relacionados à educação especial, para que possam auxiliar na construção de espaços inclusivos e práticas pedagógicas que permitam o melhor desenvolvimento dos alunos PAEE.

Freitas (2014) afirma que, na perspectiva da educação inclusiva, o foco não deve ser a deficiência do aluno, e sim os espaços, os ambientes, os recursos que devem ser acessíveis e responder a especificidade de cada um. Apesar de a educação inclusiva ser garantida por políticas e leis que regulamentam e apoiam a inclusão escolar (UNESCO, 1994; BRASIL, 2001; BRASIL, 2008; BRASIL, 2009; BRASIL, 2011), nem todas as escolas dispõem de materiais pedagógicos, arquitetônicos e nas comunicações e de profissionais qualificados para atender as necessidades dos alunos PAEE.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), especificamente no capítulo IV, que diz respeito a educação, afirma que todos os indivíduos devem possuir acesso às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; além do acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos, atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar.

Ainda nesse documento, são apresentados os conceitos de Acessibilidade e desenho universal, necessários para que a aplicação desse Estatuto ocorra de maneira mais eficiente. Acessibilidade, portanto, é indicada como (BRASIL, 2015):

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

Já o conceito de desenho universal é demonstrado como a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas,

sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015). Desta forma, ambas as concepções são necessárias para que a educação escolar voltada aos alunos PAEE permita maior autonomia, independência, promovendo uma participação mais efetiva dentro da perspectiva da educação inclusiva.

Há estudos que afirmam que “a importância da acessibilidade e a eliminação de barreiras arquitetônicas é um ponto crucial para favorecer a inclusão dos alunos com deficiência física em todos os ambientes da escola” (MANTA; PALMA, 2010).

Pesquisas apontam sobre instalações inadequadas nas escolas e recursos pedagógicos insuficientes (COSTA; SILVA JUNIOR, 2014; FERNANDES; BERNARDES, 2016). Nonato (2011) afirma que uma sociedade inclusiva ainda é uma possibilidade, e não uma realidade, e discute sobre a acessibilidade arquitetônica (NONATO, 2011, p. 161):

As condições de acessibilidade arquitetônica para as pessoas com deficiência constituem um caminho possível para que o processo de inclusão social dessas pessoas ocorra, pois a sua falta impede que esses indivíduos tenham acesso, permaneçam e também utilizem com autonomia, segurança e comodidade dos vários bens produzidos historicamente. (NONATO, 2011, p. 161).

A pesquisa em questão possuiu como foco as questões de acessibilidade arquitetônica para o PAEE que envolve a estrutura física das instituições escolares. Nessa perspectiva, tendo como referência o estudo de Santos (2019) que avaliou a infraestrutura física das escolas do município de Bauru-SP, este estudo teve como objetivo analisar em que medida existe acessibilidade voltada ao PAEE, considerando os aspectos arquitetônicos presentes na rede estadual de ensino do mesmo município.

Esta pesquisa fez parte dos estudos do projeto “Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos Público Alvo da Educação Especial em escolas públicas da Comarca de Bauru” (CAPELLINI, 2016), autorizado pelo processo 15/22397-5 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), já tendo autorização de Comitê de Ética em Pesquisa.

2 | MÉTODO

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada a pesquisa descritiva, que tem como principal objetivo a descrição das características da população do estudo, do fenômeno, ou de estabelecimento entre variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002).

A análise dos elementos arquitetônicos foi realizada em visita aos espaços físicos das escolas estaduais de ensino fundamental e ensino médio de uma cidade do interior de São Paulo. O instrumento utilizado foi o roteiro de observação dos indicadores inclusivos no contexto escolar que foi desenvolvido, validado e testado em pesquisas

anteriores (MENDES, 2002; BISACCIONI, 2005; SANTOS, 2019).

O roteiro utilizado foi adaptado de Santos (2019). É composto por sete tópicos (acesso, sala de aula, banheiro, refeitório, parquinho/área de lazer, pátio e serviços que as escolas possuem), suas questões são referentes a: existência de estruturas inclusivas, englobando a via de acesso, guias rebaixadas, ponto de ônibus próximo, rampa, corredores, sinalização, iluminação, piso tátil, corrimão, percursos livres de obstáculo, adaptação em banheiros, elevador, salas (de aula, informática, arte, vídeo, reforço, música, recursos, administrativas), biblioteca, palco, refeitório e quadra de esportes; e existência de materiais pedagógicos disponíveis para estimulação do desenvolvimento das atividades, abarcando: a variedade de materiais (em formas, cores, tamanho, praticidade e comodidade), adaptação em libras, braile, equipamentos necessários para alunos PAEE e cadeira de roda disponível. Há também questões para caracterização do contexto escolar, incluindo a data de inauguração da escola, número de alunos totais, número de alunos público alvo da educação especial, número de classes totais, número de funcionários e número de docentes.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições foram visitadas durante o período letivo, para que os dados coletados fossem mais fidedignos. As visitas foram agendadas, de modo que os gestores já se encontravam à espera da pesquisadora. A análise dos dados partiu das orientações de implementação do Programa Escola Acessível, de 2011, seguindo os princípios de desenho universal e das normas de acessibilidade previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT/NBR 9050). Além disso, também foi utilizado como fundamentação teórica para análise, o Manual de Acessibilidade Espacial para as Escolas: o direito à escola acessível (2009).

Dessa forma, foi considerado como critério para caracterização das instituições, a data de construção. Assim, as escolas que foram construídas em ou após 2011, após a implementação do Programa Escola Acessível, foram classificadas separadamente àquelas construídas antes desta data.

De 100% das escolas já visitadas e analisadas, foi constatado que nenhuma delas atende plenamente às especificações de uma escola acessível. No entanto, há uma reforma proposta pela Diretoria de Ensino do município em questão, que busca adequar e adaptar as instituições para que sejam acessíveis ao PAEE. A tabela a seguir apresenta as escolas que já haviam passado pela reforma no momento das visitas, além daquelas que ainda não haviam sido reformadas:

QUANTIDADE DE ESCOLAS (%)	
36,73	JÁ PASSARAM PELA REFORMA Possuem rampas de acesso, elevadores, piso tátil, guias rebaixadas e banheiros adaptados. Ainda precisam de mais adaptações.
63,27	NÃO PASSARAM PELA REFORMA Em geral, não possuem guias rebaixadas, rampas de acesso, elevadores, piso tátil, piso antiderrapante e banheiros adaptados.

Tabela 1 – feita pela pesquisadora.

Dentre as escolas que já passaram pela reforma, encontram-se aquelas que foram construídas após a implementação do Programa Escola Acessível (2011), ou seja, que já foram construídas com acessibilidade. Apesar de possuírem rampas de acesso, elevadores quando necessário, pisos táteis e antiderrapantes e banheiros acessíveis, ainda há algumas adaptações a serem feitas, como a colocação de pisos táteis durante o percurso e não somente nas entradas das salas, a retirada de degraus presentes nas entradas das salas, e reforçamento dos corrimãos colocados nas rampas de acesso. A seguir, está a tabela que apresenta, considerando o total de escolas, a quantidade das que foram construídas a partir da data do Programa em questão, e as que foram construídas antes da implementação do mesmo:

QUANTIDADE DE ESCOLAS (%)	
8,16	CONSTRUÍDAS A PARTIR DE 2011 Já no Programa Escola Acessível (2011).
91,84	CONSTRUÍDAS ANTES DE 2011 Construções mais antigas, que precisam de mais modificações e adaptações.

Tabela 2 – feita pela pesquisadora.

As instituições também foram caracterizadas de acordo com a quantidade de alunos, quantidade de alunos PAEE, quantidade de classes, número de funcionários, professores e qual ciclo é atendido (Fundamental I, Fundamental II ou Ensino Médio). Para fins de orientação, serão apresentados neste capítulo a relação de quantidade de alunos PAEE (se mais de 30 alunos, entre 15 e 30 alunos ou menos de 15 alunos matriculados) e a qual ciclo as instituições atendem:

QUANTIDADE DE ALUNOS PAEE	QUANTIDADE DE ESCOLAS (%)
Mais de 30 alunos matriculados	6,12

Entre 15 e 30 alunos matriculados	30,61
Menos de 15 alunos matriculados	63,27

Tabela 3 – feita pela pesquisadora.

Vê-se que há mais instituições com menos de 15 alunos PAEE matriculados. Apesar desse dado, é necessário que as escolas sejam acessíveis independente da demanda de alunos matriculados, pois considerando o conceito de desenho universal, os ambientes não devem ser acessíveis apenas para as pessoas com deficiência, mas para todos os indivíduos.

QUANTIDADE DE ESCOLAS (%)	
32,65	ENSINO FUNDAMENTAL I
6,12	ENSINO FUNDAMENTAL I E II
18,37	ENSINO FUNDAMENTAL I, II E MÉDIO
42,86	ENSINO FUNDAMENTAL II E MÉDIO

Tabela 4 – feita pela pesquisadora.

O ciclo de ensino que a escola atende também é válido de análise, já que a estrutura da instituição escolar muda de acordo com a idade das crianças que estão matriculadas. Se a escola é responsável apenas pelo Ensino Fundamental I, geralmente possui parquinho, que também deve ser acessível. De todas as escolas de Ensino Fundamental I analisadas, nenhuma possuía parquinho acessível.

Já as escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, geralmente possuem um segundo piso, que só pode ser acessado por meio de escadarias. Apenas as escolas que já passaram pela reforma e contemplam as características acima possuem elevador.

Nota-se que apesar de algumas escolas já possuírem espaços adaptados, ainda há muito o que ser feito para garantir qualidade no acesso de todos os alunos com deficiência. Refletir sobre a acessibilidade traz a possibilidade de melhorar a qualidade de vida de todos os indivíduos. Possuindo como foco a acessibilidade arquitetônica de instituições escolares, busca-se possibilitar o acesso e a permanência dos alunos em um dos ambientes de interação mais importantes e essenciais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 9050**: Normas brasileiras: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015.

BISACCIONI, P. **Como os professores lidam com um aluno com deficiência inserido em suas turmas? Os Desafios da Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**. 2014. 79 f. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos, Bacharelado em Psicologia, São Carlos.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei N° 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Presidência da

República, Brasília, DF, 2001.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

_____. a. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2009.

_____. b. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de acessibilidade espacial para escolas: O direito à escola acessível!.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2009.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

_____. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de JULHO de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.**

BUENO, J. G. S. A Inclusão de Alunos Deficientes na Classe Comum do Ensino Regular. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 9, n. 54, p. 21-27, 2001.

CAPELLINI, V. L. M. F. Reorganização do ensino em tempo de inclusão: Algumas reflexões sobre adaptações curriculares. In: (Orgs) MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. **Inclusão escolar e Educação Especial no Brasil: entre o instituído e o instituinte.** Marília: ABPEE, 2016a.

_____. (2016b). **Avaliação da qualidade da educação ofertada aos alunos Público Alvo da Educação Especial em escolas públicas da Comarca de Bauru.** Projeto de Pesquisa apresentado à FAPESP. São Paulo: FAPESP.

COSTA, S. K.; SILVA JUNIOR, M. F. da. Dispositivos políticos, aspectos arquitetônicos de instituições de ensino e formas de inclusão e exclusão social na territorialidade sul baiana. **Oculum ens.**, v. 11, n.1, p. 97-117, 2014.

FERNANDES, S.; BERNARDES, G. A educação especial na rede pública de educação em uma cidade do centro oeste brasileiro. **Revista Lusófona de Educação**, v. 33, p.179-195, 2016.

FREITAS, P. R. **O papel da gestão escolar na inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.** Brasília, DF, 2014.

GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas.

GLANT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

MANTA, S. W.; PALMA, L. E. **Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de educação física sobre a acessibilidade nos espaços de prática de aulas.** Revista Educação, Santa Maria, v. 35, n. 02, p. 303-314, maio/ago, 2010.

MATTOS, S. M. N. de. **Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças das classes populares.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012.

MENDES, E. G. **A inclusão escolar em creches desenvolvendo procedimentos para avaliação**

de políticas e formação de educadores. Projeto de Bolsista Produtividade aprovado pelo CNPQ. Mimeo, São Carlos-SP, 2002.

NONATO, D. do N. Acessibilidade arquitetônica como direito humano das pessoas com deficiência. **Orbis: Revista Científica.** v. 02, n. 02, p. 138-164, 2011.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B de. L. F.; PINHO, G. S. **Documento Subsidiário à Política de Inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

SANTOS, C. E. M. dos. **Da infraestrutura física às práticas pedagógicas:** desafios da escola frente ao aluno Público Alvo da Educação Especial. 2019. 122f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Bauru, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-391-0

